Audiência em Brasília reuniu dirigentes da Confederação, Diretoria da Superintendência e o deputado federal Reginaldo Lopes para aprofundar debates estruturantes do setor mutualista

O presidente da Confederação Nacional de Proteção Patrimonial Mutualista (CNPPM), Kleber Vitor, acompanhado da diretora jurídica da entidade, Fabiana Corrêa Sant Anna, esteve em audiência com a Diretoria da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), representada pelo diretor Carlos Roberto Alves de Queiroz, na última quarta-feira (4), na sede da autarquia, em Brasília. O encontro teve como objetivo reiterar proposições de capital anteriormente apresentadas e aprofundar o diálogo sobre temas estruturantes para o desenvolvimento e a segurança institucional do setor.

A audiência contou ainda com a presença do deputado federal Reginaldo Lopes, cuja atuação no Congresso Nacional tem sido relevante para o avanço do debate regulatório e para o fortalecimento do segmento mutualista, contribuindo de forma consistente para o aprimoramento do ambiente institucional.

Durante a reunião, foram rediscutidas questões relacionadas à participação societária nas administradoras, aos potenciais conflitos de interesse e às respectivas formas de mitigação, com especial atenção aos mecanismos de governança e compliance. A agenda tributária atualmente em discussão também integrou a pauta, sendo tratada como um eixo estratégico para a consolidação e a sustentabilidade do setor.

Para o presidente da CNPPM, o encontro representou um avanço importante no diálogo com o órgão regulador. “Foi uma reunião extremamente produtiva, na qual conseguimos avançar de forma técnica e transparente em temas sensíveis e estruturantes, como governança, capitalização e a agenda tributária. A receptividade da SUSEP e a contribuição do Parlamento demonstram que estamos no caminho certo para construir soluções sólidas, que garantam segurança institucional e promovam o fortalecimento do setor mutualista no Brasil”, destacou Kleber Vitor.

Segundo ele, a CNPPM seguirá atuando de maneira responsável e colaborativa, mantendo o diálogo permanente com os órgãos reguladores e o Poder Legislativo, sempre em defesa das pautas que asseguram a evolução, a credibilidade e a sustentabilidade do segmento.

Fonte: Grupo Mostra de Ideias, em 06.02.2026.